



ANDES

Boletim nº 4 / junho 2023

PPRI

Partido Proletário
Revolucionário
Internacionalista

CORRENTE SINDICAL MARXISTA

ppri4.org

correntesindicalmarxistaglora@proton.me

Guillermo Lora

Combater o Arcabouço fiscal nas ruas, com os métodos da ação direta e na defesa das reivindicações

A Celeridade na aprovação do PLP 93/2023

Ao se eleger, o governo burguês de Lula/Alckmin anunciou, com a PEC da Transição, um “novo” regime fiscal para o país, uma vez que o “teto de gastos” não havia sido cumprido desde a sua criação, com o governo Temer. O novo governo teria até agosto para apresentar este “novo” regime.

De novo, de fato, não tem nada: é a mesma política que garante que metade ou mais da metade de todo o orçamento público seja usado para pagar juros da Dívida Pública, sustentando o capital financeiro nacional e internacional. Nada de novo no horizonte. O governo, por meio do ministro Haddad, no entanto, se “adiantou” e, no final de abril, já tinha o “desenho” do novo regime.

A Câmara dos Deputados aprovou, em maio, o Projeto, modificando o texto original, retirando alguns dispositivos que garantiam a não-limitação em Fundos e em certos investimentos. As direções das Centrais sindicais abertamente governistas, como a CUT, CTB e Força Sindical, começaram a defender a aprovação do texto original (como se modificasse a essência do Projeto). No Senado, agora em junho, o texto do PLP 93 foi aprovado, mas alterando os pontos aprovados na Câmara, o que exigirá nova votação. Apenas, disputa interburguesa. Nada de essencial. O novo regime já está garantido e é aplaudido por toda a mídia e pelo sistema financeiro.

A direção de nosso sindicato, que tem se colocado em oposição ao arcabouço, seguindo o que o FONASEFE também tem defendido, não organiza a categoria para lutar nas ruas contra mais este saque ao orçamento público, que pode significar estrangulamento no investimento à educação, à ciências e colocar em mais apuro as universidades brasileiras. Ao noticiar a aprovação do Projeto no Senado, esta direção afirma em nota: “(...) o Sindicato Nacional avalia que, diante das questões postas no projeto, é urgente a necessidade de ampliar o debate público sobre os impactos da nova regra fiscal”. Poderíamos rir se não fosse grave a posição: não precisamos de “debate público”, precisamos de luta nas ruas para impedir que este novo regime fiscal seja implementado.

“Campanha Salarial 2024: Mesa Nacional de Negociação Permanente tem protocolo e diretrizes definidas em reunião”

Com o título acima, a direção do ANDES-SN informa a categoria sobre a “Campanha Salarial 2024” e demonstra como pretende repetir o mesmo método do presente ano, quando não houve, verdadeiramente, uma Campanha Salarial, mas apenas informes das malfadadas reuniões com o governo.

A visão da direção do ANDES-SN

é que o governo está em uma espécie de “disputa”, de modo que é possível os lados “positivo” e “negativo” e os interesses “contraditórios” em sua governança. A 2ª secretaria do ANDES-SN na nota acima afirma: “(...) Sabemos que existem as contradições desse processo. Por um lado, avançamos no sentido da volta da mesa de negociação, mas por outro,

Contra esta posição, de luta, de organização, a mesma nota ainda afirma: “Para fortalecer a mobilização contra o Arcabouço, ao longo de também todo o mês de junho, o ANDES-SN realiza jornada de lutas em Brasília, com atuação junto aos gabinetes dos e das parlamentares. A luta contra o Arcabouço também permeia a campanha salarial do conjunto de servidores e servidores federais e nos estados”. A luta nas ruas, a organização por meio das assembleias, os métodos de paralisação do trabalho, de passeatas, de atos massivos são completamente ignorados. A adoção aberta da “pressão parlamentar”, por meio da “atuação junto aos gabinetes” é a comprovação mais clara de como a direção do nosso sindicato (PSOL/PCB) é governista e traidora. Não defende, de verdade, o orçamento para a educação, a ciência, as universidades, ou mesmo para a “campanha salarial”.

O fato desta direção ter chamado o voto neste governo eleito, destruindo a independência sindical, e depois ter comemorado a vitória repercute até hoje em sua política de não lutar nas ruas pelos salários, pelos empregos, e por direitos. É a conciliação de classes sob sua forma mais cínica. Enquanto as direções da CUT ou da CTB (PT e PCdoB, respectivamente) apoiam abertamente estas medidas, as direções de sindicatos como o do ANDES-SN ou do SINASEFE (com PSOL e PCB) apoiam de forma disfarçada envergonhada, sem organizar e mobilizar os trabalhadores. No fundo, é a mesma traição aos interesses dos trabalhadores de todo o país.

Precisamos romper esta paralisia, este immobilismo. Exigir que se convoquem as assembleias para debater a pauta de reivindicações das Campanhas Salariais, e para, imediatamente, organizar a luta contra o novo regime fiscal, que será, sem dúvida nenhuma, aprovado neste ano por este governo. Com sua aprovação, veremos a austeridade fiscal ser colocada em prática, garantindo maior lucratividade para o capital financeiro, enquanto se saqueiam as riquezas nacionais, se implementam as contrarreformas, e se estrangulam os serviços públicos. Apenas a mobilização nas ruas, com os métodos da ação direta, e com as reivindicações elementares, que unificam os trabalhadores, poderemos barrar esta política e combater as direções sindicais traidoras.

sabemos o que está sendo aprovado enquanto política pelo governo, o que nos impõem restrições no processo de negociação a curto, médio e longo prazo”. A questão não existe nenhuma contradição no atual governo: ele é um governo voltado a atender o grande capital. A política do “austeridade fiscal” não pode ser colocada ao lado de políticas como o do “bolsa-fa-

mília". A primeira, por exemplo, garantiu, em 2022, a soma de mais de R\$ 700 bilhões pagos em juros para o capital financeiro, enquanto a segunda tinha um orçamento previsto para 2023, com todos os aumentos prometidos em campanha eleitoral, de R\$ 70 bilhões. Há o essencial e o contingente. A política do governo burguês de Lula é manter o essencial e, se a situação econômica melhorar, distribuir as migalhas, como sempre foi.

Diante desta política, a única posição classista é a de oposição revolucionária a este governo. E o que significa? Concretamente, não confiar no governo e no seu "diálogo" e organizar a luta, a mobilização com os métodos da ação direta, para garantir reajuste e aumento salarial, garantir recursos suficientes para a Educação, para a Ciência, e para os serviços sociais. Esta política, que se apoia em reivindicações concretas e em

métodos de luta, se opõe à "esperança" de que a "Mesa Nacional de Negociação Permanente" vá trazer, de fato, alguma conquista. A política da direção sindical do ANDES-SN é de colaboração de classe. Defendemos a política de independência de classe, o que exige Campanhas Salariais, organizadas desde a base, por meio das assembleias e da unificação com outros setores que não só o funcionalismo público. ■

A farsa da "luta para a organização da classe trabalhadora"

As direções políticas dos sindicatos, ligados a partidos de esquerda, como PSOL e PCB, nada aprenderam com os últimos vinte anos de luta sindical. Continuam a iludir os trabalhadores com a discussão de "luta para a reorganização da classe trabalhadora".

No início dos anos 2000, com o primeiro governo Lula e sua política de sustento da Dívida Pública (como, aliás, foi a política de todos os governos desde a "redemocratização"), as esquerdas, tendo à frente o PSTU, resolveram romper com a CUT, chamada de "chapa branca" e se lançar à aventura de criar uma "nova central". Na ocasião, as correntes que formariam o PSOL e o PSTU não se "entenderam" (por disputas de controle burocrática da "nova central") e sequer conseguiram organizar uma única central: constitui-se, então, a "CSP-Conlutas", e duas sindicais autodenominadas "Intersindical". A classe operária e maioria dos trabalhadores continuaram sob o poder das direções da CUT e da Força Sindical.

As direções do ANDES-SN e do SINASEFE seguiram a posição de formar a CSP-Conlutas, que, desde o início, esteve sob direção do PSTU, embora com ampla participação destas direções e de outros sindicatos. Em 2019, a direção do SINASEFE se desfilia da Central. Em 2023, depois de uma longa luta interna, a direção do ANDES-SN consegue a mesma proeza: o sindicato nacional docente não possui mais uma Central e os partidos, na direção do sindicato, PSOL e PCB se lançam a chamar, novamente a consigna da "luta para reorganizar a classe trabalhadora". Antes, "trágica" a decisão – por abandonar a luta no interior das grandes centrais e abandonar a classe operária e os demais trabalhadores nas mãos de traidores históricos; agora, "farsesca" decisão – de abandonar a CSP-Conlutas, ultraminoritária, mas, ainda assim, uma "central", e se lançar a uma discussão abstrata, vazia, oca, sobre a "reorganização da classe trabalhadora", como a que ocorreu no "Seminário Nacional sobre a Reorganização da Classe Trabalhadora", que ocorreu entre 16 a 18 de junho na UFERSA, organizado por nosso sindicato.

Tanto no passado quanto agora, estes partidos e estas direções sindicais apoiaram a eleição do governo reformista do PT. Tanto antes quanto agora, se sabia que o governo seria voltado à defesa dos interesses do grande capital ("responsabilidade fiscal", "superávit primário", "equilíbrio das contas públicas", etc. - sempre fizeram parte do repertório todos os governos, de esquerda ou

de direita, no Brasil). O que motivou e motiva as esquerdas reformistas é o controle de pequenos aparatos para que possam "chamar de seu". Assim como as esquerdas, no início dos anos 2000, não quiseram se lançar a combater a direção majoritária dos trabalhadores, encarnada nas direções da CUT e da Força Sindical; agora, estas mesmas direções pequeno-burguesas não querem combater o "burocratismo" do PSTU. A decisão política é a mesma do passado, mas agora, de fato, ninguém acredita mais nesta mentirada.

A tarefa era e continua sendo organizar os trabalhadores em torno de suas reivindicações mais sentidas, de emprego, de salário, por direitos, e a partir dos métodos da ação direta: assembleias, passeatas, atos, ocupações, greves, etc. Mas isso as direções sindicais não querem realizar: temos visto também como tem sido falsas as Campanhas Salariais desde ano de 2023. Finge-se ter uma pauta de reivindicações, que, sequer foi encarnada pelas bases que não foram organizadas em suas assembleias desde o início, e depois se lamenta o fato de não se alcançarem plenamente estas reivindicações, e promete-se para o ano seguinte uma "grande mobilização" e uma "grande Campanha". Mas, de fato, não se faz nada de diferente.

Temos a tarefa urgente de combater estas direções políticas, organizando oposições verdadeiras. Para isso, é preciso começar pela compreensão básica: estas direções, seus partidos, encarnam a política reformista, que é executada no país pelo PT. Entre elas, há apenas diferenças de graus e interesses aparelhistas sobre os sindicatos, mas não diferença nos métodos, nas táticas e na estratégia defendida.

Comecemos por exigir que as assembleias sejam realizadas para construir a pauta de reivindicações de cada Campanha. Comecemos por organizar os comitês de mobilização, de modo a unificar diferentes setores. Comecemos por defender de forma intransigente os métodos de luta e não estas "mesas permanentes de negociação" com os patrões e os governos, que são também uma farsa. Precisamos resgatar nossas reivindicações históricas e os métodos de luta, que, nas ruas, garantem conquistas reais. Este é o chamado real a ser feito a todos os trabalhadores: defesa intransigente das reivindicações e dos métodos de luta. É isso que a Corrente Sindical Marxista - G. Lora defende e, em torno deste chamado, e de suas tarefas práticas que se organiza. ■